

• SERAFIM, A. P.; BARROS, D. M.; RIGONATTI, S. P. (orgs.) (2006)
Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica II. São Paulo: Vetor
Editora Psico-Pedagógica.

Anna Christina Cardoso de Mello¹
Tribunal de Justiça de São Paulo

Três anos depois de editado o primeiro volume, foi lançado pela Editora Vetor este segundo, organizado pelo NUFOR – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Tendo tido a oportunidade de realizar a resenha do primeiro volume, tenho agora o privilégio de fazer a do segundo e de poder compará-lo à primeira iniciativa. À leitura, somos contemplados, de modo geral, com a mesma qualidade técnica do primeiro volume, o que reitera a excelência da contribuição às atuações e reflexões da Psiquiatria e da Psicologia no âmbito forense / jurídico.

São 28 profissionais, em sua maioria psiquiatras (em número de quinze), mais nove psicólogos, três outros médicos (legista, neurofisiologista e neurologista clínico), mais uma pesquisadora de formação diversa, que colaboraram para compor um amplo leque de temas de discussão, com excelência no domínio teórico-técnico de cada um, na maioria das exposições. Apresentam informações teóricas e técnicas sobre várias facetas das questões: legislação, patologias (epilepsia, esquizofrenia, demência, dependências químicas, distúrbios do sono), crimes patológicos (infanticídio, estupro e outros crimes sexuais), possibilidades de superação e de tratamento (livramento condicional, hospital-presídio, hospital psiquiátrico) e interfaces das disciplinas (neuropsicologia, avaliação psicológica).

O mérito científico e técnico do trabalho do grupo persiste nesta publicação, acrescido do valor de reunir em um só volume contribuições atuais e contemporâneas necessárias à compreensão dos fenômenos em discussão. Alguns textos são enriquecidos com exemplos de laudos e de casos.

Os capítulos são independentes, escritos de maneira clara, precisa, sucinta e com boa didática para o público das áreas específicas e afins, o que torna o livro nova referência para as áreas em apreço. Ademais, a qualidade didática da obra motiva sua leitura, favorecendo um ritmo dinâmico e atraente de estudo das matérias dissertadas.

Alguns problemas foram encontrados na obra e são praticamente os mesmos apontados na resenha do primeiro volume. É notória a constatação de ausência de revisão técnico-científica e de revisão estrutural-ortográfica. Apenas

¹ Psicóloga da Vara da Infância e da Juventude desde 1990, atualmente no Foro Regional de Pinheiros. Endereço para correspondência: Rua Heitor de Souza Pinheiro, 257, apto 22 B1, São Paulo, SP, CEP. 05750-230, *E-mail*: annacmello@terra.com.br

um capítulo traz um agradecimento em nota de rodapé a um profissional que realizou uma revisão jurídico-legal de um dos textos.

No que tange a aspectos ortográficos e estruturais dos textos, há erros desde a apresentação até o último capítulo: problemas de construção de parágrafos e frases; erros básicos por falta de revisão (por exemplo, falta do H no verbo haver, entre outros); erros de concordância verbal e nominal; falta de palavras de ligação entre frases e omissão de letras em palavras; erros de pontuação como falta de interrogação, repetição de palavras ou termos na mesma frase; dificuldade de compreensão por falta de lapidação de texto; erro na numeração dos itens de capítulo; e presença de itens sem relação lógica entre si.

No que concerne ao conteúdo teórico-técnico, erros maiores foram encontrados em dois capítulos que tratam da legislação ou que incluem terminologia jurídica no texto: aparecem termos e conceitos ultrapassados ou já substituídos por carregarem preconceitos e não mais corresponderem à realidade sócio-cultural: como, por exemplo, “menor” no lugar de “criança e adolescente”; destituição do “pátrio poder” no lugar de “poder familiar”; “segurança” no lugar de “proteção”. Algumas possibilidades jurídicas foram também omitidas, como, por exemplo, a suspensão do poder familiar em um determinado caso. Em um capítulo específico, anunciou-se uma análise comparativa que se revelou, na prática, apenas informativa. Em outro, a Síndrome de Münchhausen não foi definida apropriadamente: dita patologia não acomete crianças, mas sim adultos que podem transferi-la para crianças, em geral seus filhos (neste caso, sendo chamada de síndrome de Münchhausen por procuração ou transtorno factício, tão bem abordado no primeiro volume da publicação).

Quanto às regras do discurso científico, muitas dificuldades localizaram-se especialmente nas citações e referências bibliográficas: nem tudo o que era citado aparecia nas referências; às vezes, faltou referência; outras vezes, o que constava como referência na verdade era bibliografia consultada e não citada no texto; referências de mesmo autor e data apareceram sem diferenciação; erros de datas de citações em relação à obra de referência; desconhecimento quanto ao uso de termos específicos para normatização de citações e referências bibliográficas como *apud*, *et al*, *idem*, *ibidem*, entre outros; omissão de autores em citações e em referências, assim como equívoco no ordenamento das referências.

Em geral, obras essenciais de consulta da legislação no campo jurídico e de diagnóstico, na área médica, não foram referenciadas no final dos capítulos, o que se pode apresentar como dificuldade adicional para iniciantes nos temas e alunos.

Resta ressaltar que os problemas mencionados, com exceção dos referentes à normatização de citações e referências (que são gerais), restringem-se a quatro capítulos, comprometendo essencialmente algumas idéias neles contidas, mas não alterando o valor da obra como um todo.

Assim, para uma re-edição ou terceiro volume do trabalho, vale o mesmo teor de crítica construtiva apresentada na primeira resenha, enfatizando a sugestão de que organizadores, autores e editores preocupem-se e invistam no aspecto formal dos textos, especialmente na sua revisão estrutural e ortográfica, bem como no aspecto técnico-científico, de modo a reduzir os danos provocados à inegável qualidade da obra como um todo.

Enviado em: 10/02/2007 / Aceito em: 25/02/2007

- BOMTEMPO, E.; ANTUNHA, E. G. E OLIVEIRA, V. B. (orgs.) (2006) *Brincando na escola, no hospital, na rua...* Rio de Janeiro: Wak Editora, 192 p.

Marisa Takatori¹
Centro Universitário São Camilo
Faculdades Salesianas de Lins

É fruto de estudos realizados pelo grupo de trabalho *Brinquedo, Aprendizagem e Saúde* do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia) em 2003. Traz em seu bojo idéias originais decorrentes de pesquisas realizadas pelas próprias autoras e apoiadas em importantes enfoques teóricos. Compõe-se de nove capítulos que, tal qual o título nos diz, abrangem diversos contextos que fazem parte do cotidiano da criança, onde se analisam o tema do brincar.

No primeiro, Vera Barros de Oliveira e Denise Milani abordam um estudo avaliativo-interventivo lúdico com o propósito de analisar o seu processo e o seu resultado, priorizando o brincar espontâneo dos bebês no contexto da creche. Questões importantes são discutidas nesse capítulo como: a importância, nos dias atuais, de se investigar o ambiente e rotina na creche, espaço procurado em virtude das necessidades da própria criança e de suas famílias. As autoras apresentam uma visão do comportamento do bebê e seu brincar; em função do seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. Dois referenciais teóricos sustentam a exposição: a perspectiva de Piaget e de Winnicott. Apresentam pesquisas sobre a avaliação dos bebês e do ambiente da creche estudada e, em decorrência, bem como mudanças efetivas no contexto físico da instituição e no aprimoramento das educadoras.

¹ Docente do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do Centro Universitário São Camilo e do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* das Faculdades Salesianas de Lins. Contato - e-mail: mtakatori@uol.com.br